

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A JUNHO DE 2007

ÍNDICE

1. RELATÓRIO

- 1.1 Introdução
- 1.2 Equilíbrio Orçamental
- 1.3 Receitas do Estado
- 1.4 Financiamento do Défice
- 1.5 Despesas de Funcionamento
- 1.6 Despesas de Investimento
- 1.7 Despesa dos Sectores Prioritários
- 1.8 Operações Financeiras
- 1.9 Resultado da Actividade Financeira do Estado

QUADROS DO RELATÓRIO

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental

Quadro 2 - Receitas do Estado em comparação com a previsão anual e a cobrança em igual período do ano anterior

Quadro 3 – Financiamento do Défice

Quadro 4 – Desembolsos/Entradas de Financiamento Externo

Quadro 5 - Saldos dos Fundos Externos que transitam pela CUT

Quadro 6 – Despesa de Funcionamento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação anual e a realização em igual período do ano anterior

Quadro 7 – Despesa de Funcionamento, por âmbito e fonte de recursos

Quadro 8 – Despesa de Funcionamento de âmbito distrital

Quadro 9 – Despesa de Investimento, segundo a origem do financiamento e em comparação com a dotação anual e a realização em igual período do ano

anterior

Quadro 10 – Despesa de Investimento por âmbito e fonte de recursos

Quadro 11 – Despesa de Investimento (componente interna) de âmbito distrital

Quadro 12 – Despesa dos Sectores/Instituições Prioritários

Quadro 13–Distribuição da Despesa de Funcionamento, excluindo Salários e Encargos da Dívida, entre os Sectores Prioritários e os restantes

Quadro 14 - Despesa de Funcionamento em Bens e Serviços: Distribuição entre os Sectores Prioritários e os Restantes, em comparação com a dotação inicial

Quadro 15 – Operações Financeiras, em comparação com a dotação anual.

2. MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Mapa I – Receitas do Estado, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual

Mapa II – Financiamento do Défice, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual

Mapa III-1 – Resumo da Despesa Total e Operações Financeiras, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação Orçamental - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico

Mapas IV – Despesas de Funcionamento

Mapa IV-1 - Despesa de Funcionamento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico

Mapa IV-1-1 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e territorial, em comparação com a dotação orçamental – âmbito provincial

Mapa IV-1-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e territorial, em comparação com a dotação orçamental – âmbito distrital por província

Mapa IV-1-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e territorial, em comparação com a dotação orçamental – âmbito autárquico por província

Mapa IV-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbitos central, provincial, distrital e autárquico

Mapa IV-2-1 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito central

Mapa IV-2-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito provincial

Mapa IV-2-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito distrital

Mapa IV-2-4 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações económica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito autárquico

Mapa IV-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental - âmbito central, provincial, distrital e autárquico

Mapa IV-3-1 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental - âmbito central

Mapa IV-3-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental - âmbito provincial

Mapa IV-3-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito distrital

Mapa IV-3-4 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – âmbito autárquico

Mapa IV-4 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial e distrital

Mapa IV-4-1 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbito central

Mapa IV-4-2 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbito provincial

Mapa IV-4-3 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbito distrital

Mapa IV-4-4 - Despesa de Funcionamento, segundo as classificações orgânica e económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbito autárquico

Mapas V – Despesas de Investimento

Mapa V-1 – Despesa de Investimento, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental - âmbitos central, provincial e distrital

Mapa V-2 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico

Mapa V-2-1 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbito central

Mapa V-2-2 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbito provincial

Mapa V-2-3 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbito distrital

Mapa V-2-4 - Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Interno - âmbito autárquico

Mapa V-3 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Externo - âmbitos central, provincial, distrital e autárquico

Mapa V-3-1 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Externo - âmbitos central

Mapa V-3-2 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Externo - âmbitos provincial

Mapa V-3-3 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Externo - âmbitos distrital

Mapa V-3-4 – Despesa de Investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos, em comparação com a dotação orçamental – Financiamento Externo - âmbitos autárquico

Mapa V-4 - Despesa da componente externa do investimento, segundo as classificações orgânica e de fonte de recursos e por projectos, em comparação com a dotação anual - âmbito central, provincial, distrital e autárquico

Mapa VI – Despesas dos Sectores Prioritários, segundo a classificação orgânica, em comparação com a dotação orçamental

Mapa VII – Operações Financeiras, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental

Mapas VIII – Adiantamentos por Operações de Tesouraria

Mapa VIII – Adiantamentos por Operações de Tesouraria, segundo as epígrafes e a classificação económica - âmbitos central e provincial

Mapa VIII-1 – Adiantamentos por Operações de Tesouraria, segundo as epígrafes e a classificação orgânica -âmbito central

Mapa VIII-2 – Adiantamentos por Operações de Tesouraria, segundo as epígrafes e a classificação orgânica -âmbito provincial

Mapa IX – Resultado da Actividade Financeira do Estado

ANEXO INFORMATIVO – Cobrança do Crédito Mal-parado do Banco Austral

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE JANEIRO A JUNHO DE 2007

1. RELATÓRIO

1.1- INTRODUÇÃO

O presente Relatório apresenta a execução do Orçamento do Estado e o resultado da actividade financeira, de Janeiro a Junho de 2007, nos termos estabelecidos pelo SISTAFE e processado pelo respectivo sistema electrónico, o e-SISTAFE.

No exercício de 2007, a maioria dos órgãos e instituições do Estado estão executando os respectivos orçamentos directamente no e-SISTAFE, excepto para os Salários e Remunerações, permanecendo, ainda, apenas alguns na execução por intermédio das UGE's (Unidades Gestoras Executoras) Especiais (DNCP e DPPF's), mediante a concessão de adiantamento de fundos.

Também no presente exercício, os mapas de despesa dos Relatórios de Execução do Orçamento do Estado começaram a ser produzidos directamente pelo e-SISTAFE, excepto os que devem incluir adiantamentos por Operações de Tesouraria, bem como despesas com financiamento externo que não transita pela CUT (Conta Única do Tesouro), realizadas no período a que os Relatórios se referem mas não incorporadas no e-SISTAFE antes do termo do mesmo. Trata-se do Mapa V-4- Despesa da Componente Externa do Investimento, Mapa VI- Despesa dos Sectores Prioritários, Mapa VII- Operações Financeiras e Mapas VIII- Despesa por Operações de Tesouraria.

Na primeira parte deste Relatório apresenta-se a análise dos dados da execução orçamental, organizada e estruturada da seguinte forma:

- **Equilíbrio Orçamental** conseguido no período, em comparação com o orçamentado;
- **Receitas do Estado**, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual e a cobrança em igual período do ano anterior, evidenciando as **Receitas Próprias** dos diversos serviços;
- **Financiamento do Défice**, segundo a classificação económica, em comparação com a previsão anual, bem como os respectivos desembolsos, por origens e naturezas;
- **Despesas de Funcionamento**, em comparação com a dotação orçamental e a realização em igual período do ano anterior, distribuídas pelos diferentes âmbitos e segundo as classificações económica, orgânica, de fonte de recursos e territorial;
- **Despesas de Investimento**, nos mesmos moldes das despesas de funcionamento, incluindo a relação da componente externa do investimento, por projecto;
- **Despesas dos Sectores Prioritários**, no âmbito do PARPA, segundo a classificação orgânica, em comparação com a dotação orçamental;
- **Operações Financeiras**, segundo a classificação económica, em comparação com a dotação orçamental;
- **Adiantamentos por Operações de Tesouraria**, segundo as epígrafes e as classificações orgânica e económica;
- **Resultado da actividade financeira do Estado**, no sentido de se evidenciar o **crédito interno líquido**, apurado nas contas monetárias (**Mapa Fiscal**).

No que se refere a despesas de investimento e operações financeiras activas, com financiamento externo que não transita pela CUT, o procedimento utilizado para a sua integração na execução orçamental e, conseqüentemente, a forma como aparece neste Relatório é a seguinte:

- Os desembolsos de créditos externos para pagamento directo aos fornecedores de bens e serviços para projectos de investimento do Orçamento do Estado ou de terceiros, por Acordos de Retrocessão, comunicados pelos credores ao Ministério das Finanças, são incorporados no e-SISTAFE, com base nessa

comunicação (investimento ou operações financeiras activas, consoante o caso) e receiptados com a devida classificação económica;

- Os desembolsos de donativos externos para pagamento directo aos fornecedores de bens e serviços para projectos de investimento do Orçamento do Estado, quando comunicados à Contabilidade Pública pelo sector beneficiário e inscritos no Orçamento do Estado, são, também, incorporados e receiptados, como referido anteriormente;
- A despesa de investimento realizada com donativos externos, depositados em contas bancárias à ordem do utilizador, isto é, ordenada pela instituição responsável pela execução do projecto, quando inscrita no Orçamento do Estado, é incorporada com base na informação processada pelo sector, segundo o modelo estabelecido pela Contabilidade Pública, e receiptada, como nos outros casos.

Por força deste procedimento, nem toda a informação sobre o financiamento externo pode ser processada e liquidada no e-SISTAFE dentro do período a que se refere, mas, dado que o Relatório é publicado até 45 após o fim desse período, é integrada no mesmo, como despesa por liquidar, procedendo-se à sua incorporação no período seguinte.

Na segunda parte do Relatório apresentam-se os mapas que reúnem a informação sobre:

- **Receitas do Estado** – Mapa I;
- **Financiamento do Défice** – Mapa II;
- **Despesa Total e Operações Financeiras** (Adiantamentos e liquidações no e-SISTAFE) – Mapa III-1;
- **Despesa de Funcionamento** (Adiantamentos e liquidações no e-SISTAFE) – Mapas IV;
- **Despesas de Investimento** (Adiantamentos e liquidações no e-SISTAFE) – Mapas V;
- **Despesas dos Sectores Prioritários** – Mapa VI
- **Operações Financeiras** – Mapa VII;

- **Adiantamentos por Operações de Tesouraria** – Mapas VIII;
- **Resultado da Actividade Financeira do Estado** – Mapa IX.

A seguir se explica o significado de algumas rúbricas e classificações utilizadas no relatório:

- **Adiantamento de fundos**, é a concessão de fundos aos órgãos e instituições que não executam os respectivos orçamentos por via directa, para a realização das despesas programadas para um determinado período, a qual obedece à classificação económica por agregados de despesa;
- **despesa liquidada**, é a despesa efectuada pelo valor definitivo da prestação de contas, com a devida classificação orçamental desagregada;
- **adiantamento por Operações de Tesouraria**, é o adiantamento de fundos para a realização de uma ou mais despesas, num determinado momento ou período, quando ainda não se conhece a devida classificação orçamental ou o valor definitivo, e que, após a prestação de contas, se converte em despesa própria;
- **serviço da dívida** liquidado no período (juros e amortizações), difere do efectivamente pago pelo Banco de Moçambique, na medida em que este retém numa conta bancária as Ordens de Pagamento emitidas a seu favor, para o efeito, utilizando-as na medida do exigido pelo processo de pagamento no exterior, operação que implica compra de moeda externa, transferências, recepção da confirmação de pagamento, etc.;
- **Contravalores não Consignados**, são os contravalores dos donativos e créditos externos transferidos para a CUT;
- **Contravalores Consignados a Projectos**, correspondem aos valores dos fundos externos utilizados para a realização de projectos de investimento inscritos no Orçamento do Estado.

1.2 – EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O equilíbrio orçamental resultante da execução ocorrida de Janeiro a Junho de 2007, em comparação com o orçamentado, é apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - -Equilíbrio Orçamental em 30/06/2007

(Em Milhões de Meticais)

	Orçamento		Realização		Taxa de Realiz.
	Valor	Peso	Valor	Peso	
Recursos Internos	32,461	45.8%	15,557	57.6%	47.9%
Receitas do Estado	32,461	45.8%	15,557	57.6%	47.9%
Empréstimos Internos	0	0.0%	0	0.0%	
Recursos Externos	38,435	54.2%	11,443	42.4%	29.8%
Donativos	25,189	35.5%	7,980	29.6%	31.7%
Empréstimos	13,246	18.7%	3,464	12.8%	26.1%
Total de Recursos	70,897	100.0%	27,001	100.0%	38.1%
Despesas de Funcionamento 1/	31,681	44.7%	15,459	57.3%	48.8%
Despesas de Investimento	33,445	47.2%	8,812	32.6%	26.3%
<i>Componente Interna</i>	8,941	12.6%	3,695	13.7%	41.3%
<i>Componente Externa</i>	24,504	34.6%	5,117	19.0%	20.9%
Operações Financeiras	5,770	8.1%	1,204	4.5%	20.9%
<i>Activas</i>	4,672	6.6%	734	2.7%	15.7%
<i>Passivas</i>	1,098	1.5%	469	1.7%	42.7%
Total de Despesa	70,897	100.0%	25,475	94.3%	35.9%
Outras Aplicações	0	0.0%	1,526	5.7%	
Total de Aplicações	70,897	100.0%	27,001	100.0%	38.1%

1/- Nos mapas IV do presente Relatório, a realização é de 15.214, a que se deve acrescentar 272 de adiantamentos por Operações de Tesouraria e subtrair 27, valor este correspondente à diferença entre o pagamentos dos Enrcagos da Dívida e as Ordens de Pagamento emitidas para o efeito.

Os recursos e as aplicações atingiram 38% do orçamento anual, tendo os recursos internos representado 57,6% e os recursos externos 42,4% do total dos recursos, contra 45,8% e 54,2% orçamentados, respectivamente.

No total das aplicações, as despesas de funcionamento tiveram um peso de 57,3%, o investimento 32,6% e as operações financeiras 4,5%, contra cerca de 45%, 47% e 8% orçamentados, respectivamente.

Entretanto, os saldos das contas de recursos, aumentaram em 1.526 milhões de meticais, representando 5,7% dos recursos obtidos.

1.3 – RECEITAS DO ESTADO

As receitas cobradas de Janeiro a Junho de 2007 ascenderam a 15.557 milhões de meticais, o que corresponde a uma taxa de realização de cerca de 48% em relação à previsão anual, com a composição que se mostra no Mapa I.

No Quadro 2 a seguir apresenta-se a cobrança efectuada no período, por grupo de receitas, segundo a fonte, em comparação com a previsão e a cobrança em igual período do ano anterior:

Quadro 2 - Receitas do Estado Cobradas de Janeiro a Junho de 2007
(Em Milhões de Meticais)

	Ano 2006			Ano 2007			Cresc. a/ 2006/07
	Previsão	Cobrança	Taxa	Previsão	Cobrança	Taxa	
Receitas Fiscais	23,569.6	11,000.9	46.7%	27,244.7	13,368.7	49.1	16.4%
Impostos s/ o Rendimento b/	5,781.5	3,100.4	53.6%	7,105.5	4,322.7	60.8	30.5%
Impostos s/ Bens e Serviços	14,520.1	6,754.1	46.5%	16,830.2	7,687.9	45.7	10.8%
<i>Nas operações internas</i>	5,197.7	2,210.6	42.5%	5,660.5	2,700.9	47.7	14.3%
<i>Nas operações externas</i>	9,322.4	4,543.4	48.7%	11,169.7	4,987.0	44.6	9.1%
Outros Impostos	3,268.0	1,146.5	35.1%	3,309.0	1,358.2	41.0	10.8%
Receitas Não Fiscais c/	1,622.3	625.4	38.5%	2,391.5	1,087.0	45.5	62.6%
Receitas Próprias	1,096.4	226.9	20.7%	994.8	159.1	16.0	-34.4%
Receitas de Capital	728.4	101.5	13.9%	1,830.2	942.7	51.5	768.8%
Total	27,016.7	11,954.7	44.2%	32,461.1	15,557.4	47.9	24.2%

a/- Em termos reais, com inflação a 6,87% e variação cambial a 0,6%.

b/- Inclui Impostos Directos Extintos.

c/- Inclui Receitas Consignadas, excluindo Taxa sobre os Combustíveis, classificada totalmente em Outros Impostos.

A taxa de realização registada está um pouco acima dos níveis habitualmente observados no período. Apenas as Receitas Próprias apresentam uma taxa de realização muito baixa, o que se deve a atrasos na comunicação das cobranças, para efeitos de receitação. Com efeito, no mês de Julho foram receitados 156 milhões de meticais, dos quais 69 milhões de meticais são referentes ao mês de Junho.

O crescimento em relação a igual período do ano anterior foi bastante forte, tendo atingido 24,2%, em termos reais, devido a bons desempenhos dos principais grupos das Receitas Fiscais (Impostos sobre o Rendimento e Impostos sobre Bens e Serviços) e das Receitas Não Fiscais, bem como a um desempenho extraordinário das Receitas de Capital, pelas razões anteriormente mencionadas.

Contribuiu para o bom desempenho na cobrança dos Impostos sobre o Rendimento, o

trabalho de fixação e confirmação da matéria colectável das empresas com contabilidade organizada e os pagamentos a final relativos ao ano de 2006.

Para o crescimento da cobrança dos Impostos sobre Bens e Serviços contribuíram mais as operações internas do que as externas, em virtude do trabalho de controlo dos créditos sistemáticos que está sendo levado a cabo.

O crescimento das Receitas Não Fiscais explica-se pela melhoria na cobrança das Taxas Diversas de Serviços.

O crescimento das Receitas de Capital explica-se, tanto pela receitação da transferência de 692 milhões de meticais dos fundos recebidos da Companhia do Vale do Rio Doce no ano de 2004, o que não se verificou em igual período do ano anterior, como pelo crescimento da Receita de Dividendos em 131%.

Não entrando em linha de conta com a transferência dos fundos recebidos da Companhia do Vale do Rio Doce, a cobrança reduz-se para 14.866 milhões de meticais, o que, em relação ao ano anterior, representa um crescimento, em termos reais, de cerca de 19%.

1.4 – FINANCIAMENTO DO DÉFICE

De Janeiro a Junho de 2007, o financiamento do défice orçamental 1/ atingiu 11.792 milhões de meticais, com a composição que se mostra no Mapa II e se resume no Quadro 3, a seguir, constituído inteiramente por recursos externos (Contravalores):

Quadro 3- Financiamento do Déficit de Janeiro a Junho de 2007 (Em Milhões de Meticais)

	Donativos		Créditos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Contravalores Não Consignados	3,566.4	48.2	2,133.6	48.6	5,700.0	48.3
Entradas na CUT	3,566.4	48.2	2,133.6	48.6	5,700.0	48.3
Contravalores Consignados	3,837.7	51.8	2,254.7	51.4	6,092.4	51.7
PROAGRI	414.2	5.6	0.0	0.0	414.2	3.5
FASE	463.4	6.3	0.0	0.0	463.4	3.9
PROSAÚDE	187.1	2.5	0.0	0.0	187.1	1.6
Apoio ao Sector de Águas	37.5	0.5	0.0	0.0	37.5	0.3
Diversos Projectos/CUT a/	80.0	1.1	14.1	0.3	94.1	0.8
Diversos Projectos/Sectores b/	1,822.9	24.6	639.1	14.6	2,461.9	20.9
Diversos Projectos/Fontes c/	771.3	10.4	970.2	22.1	1,741.5	14.8
Acordos de Retrocessão/Fontes	61.4	0.8	631.3	14.4	692.7	5.9
Empréstimos Internos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	7,404.1	100.0	4,388.3	100.0	11,792.4	100.0

a/- Executados via CUT no e-SISTAFE.

b/- Executados através de contas bancárias dos sectores.

c/- Executados através de pagamentos directos do doador/credor.

Os Contravalores destinaram-se ao abastecimento da Tesouraria, 48,3%, ao investimento, 45,8%, e a empréstimos por retrocessão, 5,9%, sendo 63% proveniente de donativos e 37% de créditos.

Os contravalores utilizados tiveram origem em diversos donativos e créditos desembolsados durante o período e saldos não utilizados no período anterior, no montante total de 11.875 milhões de meticais, que entraram nas contas do Tesouro ou foram entregues directamente aos sectores e empresas para a execução de programas e projectos de investimento, conforme se mostra nos Quadros 4 e 5:

1 /- Donativos e Empréstimos creditados na CUT ou utilizados directamente por programas e projectos.

Quadro 4- Desembolsos/Entradas de Financiamento Externo - Janeiro a Junho de 2007
(Em Milhões de Meticais)

Fontes	Apoio ao Orçamento e Bal. Pgt ^o s.	Reembolsos a/	Alívio da Dívida	Financiam.P rojectos via CUT	Financiam.P rojectos extra CUT	Acordos de Retrocessão	Total
Alemanha					62.9	27.5	90.3
Bélgica	105.6				17.5		123.1
Canadá	110.5						110.5
Dinamarca	206.1				27.3		233.4
Espanha					1.1		1.1
EUA		57.8			17.5		75.3
Finlândia	175.9						175.9
França	68.7				3.1		71.8
Holanda	626.2			37.5			663.7
Japão		52.0			459.8		511.8
Noruega	586.1				43.6	24.9	654.6
Portugal	38.6				5.2		43.8
Reino Unido	1,809.5				1.8		1,811.3
Suécia					216.3	5.2	221.4
União Europeia				145.1	163.2		308.3
BAD/FAD		2.0			362.0	213.2	577.2
BADEA					46.8	64.3	111.2
BID		1.8					1.8
FIDA					72.6		72.6
FMI							0.0
NDF					45.9	34.5	80.4
WB/IDA	1,798.1	5.4		14.1	1,308.8	317.0	3,443.4
OPEC Fund					112.9	2.7	115.6
Kuwait						3.5	3.5
Várias n.e.		68.2			80.2		148.5
FC-PROAGRI				414.2			414.2
FC-FASE				463.4	281.7		745.1
FC-UTRAFE					224.2		224.2
FC-Medicamentos					468.2		468.2
FC-HIV/SIDA					25.9		25.9
FC-PROSAÚDE				187.1			187.1
FC-SAUPROV					160.0		160.0
Total	5,525.3	187.2	0.0	1,261.3	4,208.7	692.7	11,875.3

a/- Reembolsos da Ajuda Alimentar e de empréstimos com fundos externos por Acordos de Retrocessão.

Os contravalores dos fundos externos que transitam pela CUT apresentavam, no

período, os seguintes saldos:

**Quadro 5- Saldos dos Fundos Externos
que Transitam pela CUT**

Fundos Externos	Saldos em 10⁶ MT	
	31/12/06	30/06/07
Apoio ao Orç. e Bal. Pgtos.	594.3	489.9
UE/Facilidade em Divisas	33.8	102.0
Alívio da Dívida a/	747.4	747.4
FC-PROAGRI b/	13.5	45.2
FC-FASE b/	0.0	57.1
FC-PROSAÚDE b/	0.0	0.0
Holanda/PASA b/	0.0	3.6
Total	1,389.0	1,445.2

a/- FMI-HIPC, FMI-MDRI e IDA-Reino Unido.

b/- Saldos na CUT.

1.5 – DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

De Janeiro a Junho de 2007, as despesas de funcionamento, incluindo os adiantamentos concedidos por Operações de Tesouraria, atingiram o valor de 15.486 milhões de meticais, conforme se resume no Quadro 6, em que se faz a comparação com a dotação anual e a despesa realizada em igual período do ano anterior:

Quadro 6 - Despesa de Funcionamento, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação Anual e a Realização em 2006 (Em milhões de meticais)

Classificação Económica	Ano 2006			Ano 2007						Variação 2006/07
	Orçamento Anual	Realização Jan/Jun	Taxa de Realiz.	Orçamento Anual		Realização Jan/Jun			Taxa de Realiz. b/	
				Inicial	Actual	Liquidações	Adiant. a/	Total		
Despesas c/ o Pessoal	13,327	5,993	45.0%	15,637	15,637	7,316	356	7,672	49.1%	19.8%
Salários e Remunerações	12,320	5,591	45.4%	14,242	14,218	6,874	85	6,958	48.9%	16.5%
Outras Despesas c/ Pessoal	1,007	403	40.0%	1,394	1,419	442	271	714	50.3%	65.8%
Bens e Serviços	5,581	2,601	46.6%	6,551	6,559	2,169	1,323	3,492	53.2%	25.6%
Encargos da Dívida	1,568	778	49.6%	2,078	2,078	501	148	649	31.2%	-20.5%
Juros Internos		460		1,833	1,833	327	129	456	24.9%	-7.2%
Juros Externos		318		246	246	175	18	193	78.6%	-39.6%
Transferencias Correntes	4,829	2,310	47.8%	5,720	5,728	2,299	607	2,907	50.7%	18.8%
Transfer. a Admin. Públicas	1,044	467	44.7%	1,077	1,085	351	178	529	48.8%	10.7%
Sendo: Embaixadas		322		736	744	218	150	368	49.5%	13.5%
Transfer. a Admin. Privadas	184	86	46.5%	255	255	105	27	132	51.6%	43.8%
Transferencias a Famílias	3,460	1,681	48.6%	4,235	4,236	1,797	384	2,181	51.5%	21.4%
sendo pensões:	2,503	1,249	49.9%	3,000	3,000	1,742	0	1,742	58.1%	30.5%
- civis	718	385	53.6%	912	912	517	0	517	56.7%	25.7%
- militares	1,785	864	48.4%	2,088	2,088	1,225	0	1,225	58.7%	32.6%
Transferencias ao Exterior	141	77	54.8%	153	152	46	19	64	42.3%	-16.9%
Subsídios	325	137	42.3%	378	378	141	27	168	44.5%	14.4%
Outras Despesas Correntes	983	325	33.0%	1,102	1,086	113	394	507	46.7%	46.2%
Exercícios Findos	10	2	17.3%	12	12	1	2	4	30.6%	88.0%
Despesas de Capital	112	37	32.7%	203	203	26	60	87	42.8%	120.8%
Total	26,735	12,183	45.6%	31,681	31,681	12,568	2,918	15,486	48.9%	19.2%

a/- Adiantamentos de fundos concedidos pelo sistema (ainda não liquidados) e por Operações de Tesouraria.

b/- Em relação ao Orçamento Actual.

c/- Em termos reais, com inflação a 6,87% e variação cambial a 0,6%.

A despesa de funcionamento atingiu 48,9% do valor orçamentado para o ano, o que é normal, e aumentou em 19,2%, em termos reais, em relação a igual período do ano anterior.

Em termos de variação, em relação ao ano anterior, os maiores crescimentos foram registados nas rubricas Outras Despesas c/ Pessoal, 65,8%, Bens e Serviços, 25,6%, Transferências a Administrações Privadas, 43,8%, Transferências a Famílias, 21,4%, Outras Despesas Correntes, 46,2%, Exercícios Findos, 88%, e Despesas de Capital,

120,8%, enquanto decresceram os Encargos da Dívida em 20,5% e Transferências ao Exterior em 16,9%. O crescimento de Outras Despesas Correntes explica-se pela inclusão dos reembolsos do IVA, no valor de 198 milhões de meticais, o que, até ao ano anterior, não se contabilizava como despesa. A diminuição dos Encargos da Dívida ficou a dever-se, principalmente, aos Juros Externos, como resultado do perdão e cancelamento de parte da dívida externa. O crescimento das Despesas de Capital deve-se ao facto de, no ano corrente, terem sido mais elevadas do que no ano anterior, tanto a dotação como a taxa de realização desta rubrica de despesa.

Em termos de repartição das despesas de funcionamento, segundo os diferentes âmbitos, verifica-se que o âmbito central representou 54% do total realizado, contra 56,5% orçamentado para o ano, o âmbito provincial 43,3%, contra 40,3% orçamentado, o âmbito distrital 1,8%, contra 2,3 % orçamentado e o âmbito autárquico 0,9%, conforme orçamentado, como se pode ver, a seguir, no Quadro 7:

Quadro 7- Despesa de Funcionamento por Âmbito e Fonte de Recursos
(Em Milhões de Meticais)

Fonte de Recursos	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)
Receitas Ordinárias	8,287	6,695	263	143	15,388	99.4
Receitas Consignadas	66	9	0	0	75	0.5
Receitas Próprias	15	0	9	0	24	0.2
Total	8,368	6,703	272	143	15,486	100.0
(%)	54.0%	43.3%	1.8%	0.9%	100.0%	

Em termos de fonte de recursos, as despesas de funcionamento foram financiadas em 99,4% por receitas ordinárias, contra 96% orçamentado, em 0,5% por receitas consignadas, contra 1,5% orçamentado, e em 0,2% por receitas próprias, contra 2,5% orçamentado.

1.5.1 – Despesa de Funcionamento de Âmbito Distrital

A Despesa de Funcionamento de âmbito distrital atingiu, no período de Janeiro a Junho de 2007, o valor de 271,9 milhões de meticais, correspondendo a 37,9% da dotação orçamental, contra 32,2% em igual período do ano anterior, conforme se observa no

quadro 8:

Quadro 8 - Despesa de Funcionamento de Âmbito Distrital
(Em Milhões de Meticais)

Classificação	Ano 2006			Ano 2007			Var. a/ 2006/07
	Orçam.	Realiz.	Taxa	Orçam.	Realiz.	Taxa	
Distritos de Niassa	44.7	15.6	34.8%	48.6	19.6	40.4%	18.0%
Distritos de Cabo Delgado	60.8	21.0	34.6%	84.4	27.8	32.9%	23.5%
Distritos de Nampula	236.3	59.8	25.3%	218.5	78.0	35.7%	22.0%
Distritos de Zambezia	83.9	22.9	27.2%	83.3	28.0	33.6%	14.5%
Distritos de Tete	42.7	15.1	35.4%	72.6	25.3	34.8%	56.3%
Distritos de Manica	30.4	11.7	38.4%	25.4	10.7	42.0%	-14.5%
Distritos de Sofala	66.8	25.2	37.6%	65.0	28.4	43.7%	5.6%
Distritos de Inhambane	36.3	14.9	41.1%	35.9	18.5	51.5%	16.0%
Distritos de Gaza	33.5	14.1	42.2%	37.8	16.0	42.5%	6.2%
Distritos de Maputo	44.5	18.7	42.0%	46.2	19.6	42.4%	-1.8%
Total	679.9	219.0	32.2%	717.6	271.9	37.9%	16.2%

a/- Crescimento em termos reais, com inflação média de 6,87% e variação cambial de 0,6%.

O valor alcançado na Despesa de Funcionamento de âmbito distrital representa um crescimento de 16,2% em relação a 2006. Exceptuando os distritos das províncias de Manica e de Maputo, que tiveram decréscimos de 14,5% e 1,8%, respectivamente, os restantes registaram crescimentos que variam de 5,6% a 56,3%.

1.6 - DESPESAS DE INVESTIMENTO

A despesa de investimento é apresentada nos Mapas V, segundo os diversos âmbitos e classificações orçamentais.

O total da despesa de investimento ^{2/} realizado de Janeiro a Junho de 2007 cifrou-se em 8.812 milhões de meticais, representando 26,3% do valor orçamentado para o ano, sendo de 3.695 milhões de meticais na componente interna e 5.117 milhões de meticais na componente externa, equivalentes a 41% e 21% das dotações orçamentais, respectivamente, conforme se mostra no Quadro 9:

^{2/} - Incluindo as despesas com financiamento externo que não transita pela CUT.

**Quadro 9- Despesa de Investimento, por Origem e Modalidade do Financiamento,
em Comparação com a Dotação e a Realização no Ano Anterior
(Em Milhões de Meticais)**

Financiamento	Ano 2006			Ano 2007								Variação 2006/07 d/
	Orça- men- to Anual	Reali- za- ção Jan/Jun	Taxa de Reali- zação	Orçamento		Realização Jan/Jun					Taxa de Realiz c/	
				Anual		Liqui- da- ções	Adianta- mentos a/	Pagto. Sector b/	Pagto. Directo b/	Total		
				Inicial	Actual							
INTERNO	6,566	2,590	39.4%	8,941	8,941	1,305	2,390	0	0	3,695	41.3%	33.5%
EXTERNO	15,920	4,294	27.0%	24,504	24,504	61	852	2,462	1,741	5,117	20.9%	18.5%
Donativos	10,395	2,762	26.6%	17,566	17,038	61	839	1,823	771	3,495	20.5%	25.8%
FC-PROAGRI	605	291	48.1%	1,011	1,262	30	244	0	0	274	21.7%	-6.5%
FC-FASE	822	250	30.4%	1,495	1,783	18	368	282	0	668	37.4%	165.7%
FC-PROSAÚDE	867	450	51.9%	939	939	0	178	0	0	178	19.0%	-60.6%
FC-SAUPROV	636	243	38.2%	215	215	0	0	160	0	160	74.5%	-34.5%
FC-Medicamentos	827	629	76.0%	937	237	0	0	468	0	468	197.4%	-26.0%
FC-HIVSIDA	124	75	60.1%	805	286	0	0	26	0	26	9.0%	-65.5%
FC-UTRAFE	227	0	0.0%	303	303	0	0	224	0	224	74.1%	
Outros Fundos e/	6,287	825	13.1%	11,862	12,013	14	49	663	771	1,497	12.5%	80.3%
Créditos	5,525	1,532	27.7%	6,938	7,466	0	13	639	970	1,622	21.7%	5.3%
Acordos de Retrocessão	383	114	29.6%	0	1,140	0	0	0	103	103	9.0%	-10.2%
Outros Fundos e/	5,142	1,418	27.6%	6,938	6,327	0	13	639	868	1,520	24.0%	6.5%
Total	22,486	6,883	30.6%	33,445	33,445	1,366	3,242	2,462	1,741	8,812	26.3%	24.1%

a/- Concedidos p/ sistema e Op. Tes., ainda não liquidados.

b/- Inclui despesa realizada, mas não incorporada no sistema durante o período.

c/- Em relação ao Orçamento Actual.

d/- Em termos reais, com inflação a 6,87% e variação cambial a 0,6%.

e/- Fundos de um único doador ou credor.

Em relação a igual período de 2006, a despesa de Investimento cresceu, em termos reais, em 24%, tendo a componente interna crescido em 33,5% e a componente externa em 18,5%. O menor crescimento da componente externa, comparativamente ao da componente interna, é explicado pela diminuição das despesas financiadas pelos Fundos Comuns, exceptuando o FASE. No entanto, os Fundos Comuns tiveram um peso importante no total da componente externa, com uma participação de 39%.

Em termos de fonte de recursos, as despesas de investimento foram financiadas em 35,2% por receitas ordinárias, contra 20,3% orçamentados para o ano, 6,7% por receitas consignadas, contra 5,8% orçamentados para o ano, 0,1 por receitas próprias, contra 0,6% orçamentados para o ano, 31,1% por donativos externos em moeda, contra 42,9% orçamentados para o ano, 8,8% por donativos externos em espécie, contra 8,2% orçamentados para o ano, e 18,3% por créditos externos em moeda, contra 22,2% orçamentados para o ano, conforme se mostra no 10:

Quadro 10 - Investimento por Âmbito e Fonte de Recursos
(Em Milhões de Meticais)

	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)
Receitas Ordinárias	2,202	352	411	133	3,098	35.2
Receitas Consignadas	591	0	0	0	591	6.7
Receitas Próprias	6	0	0	0	6	0.1
Donativos Ext. em Moeda	2,439	298	0	0	2,737	31.1
Donativos Ext. em Espécie	771	0	0	0	771	8.8
Créditos Ext. em Moeda	1,603	0	0	6	1,609	18.3
Total	7,612	650	411	139	8,812	100.0
(%)	86.4%	7.4%	4.7%	1.6%	100.0%	

1.6.1 – Despesa de Investimento de Âmbito Distrital

A realização da Despesa de Investimento de âmbito distrital, financiada pela componente interna, atingiu no período em análise o montante de 410,9 milhões de meticais, correspondendo a 40,9% da dotação orçamental, conforme a distribuição territorial que se apresenta no quadro 11:

Quadro 11 - Despesa de Investimento (Componente Interna) de Âmbito Distrital
(Em Milhões de Meticais)

Classificação	Ano 2006			Ano 2007			Var. a/ 2006/07
	Orçam.	Realiz.	Taxa	Orçam.	Realiz.	Taxa	
Distritos de Niassa	105.0	47.5	45.3%	110.7	50.2	45.3%	-1.2%
Distritos de Cabo Delgado	112.0	34.9	31.1%	121.6	54.7	45.0%	46.8%
Distritos de Nampula	140.0	64.1	45.8%	166.7	64.5	38.7%	-5.9%
Distritos de Zambézia	112.0	50.9	45.4%	123.5	38.8	31.4%	-28.7%
Distritos de Tete	84.0	38.9	46.4%	88.8	17.5	19.7%	-58.1%
Distritos de Manica	63.0	28.6	45.4%	70.1	24.7	35.2%	-19.3%
Distritos de Sofala	84.0	31.1	37.0%	90.3	35.3	39.1%	6.3%
Distritos de Inhambane	84.0	36.3	43.2%	93.5	52.8	56.5%	36.3%
Distritos de Gaza	77.0	29.9	38.9%	85.7	47.0	54.9%	46.9%
Distritos de Maputo	49.0	24.5	50.0%	53.6	25.5	47.7%	-2.5%
Total	910.0	386.7	42.5%	1,004.4	410.9	40.9%	-0.6%

a/- Crescimento em termos reais, com inflação média de 6,87% e variação cambial de 0,6%.

A taxa de realização alcançada foi de 40,9%, contra 42,5% do ano anterior, devido aos distritos das províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Manica que registaram taxas inferiores em relação a igual período de 2006.

O nível de realização da despesa de âmbito distrital, alcançado no período em análise, representa um decréscimo de 0,6% em relação ao ano transacto. Exceptuando os distritos

das províncias de Cabo Delgado, Sofala, Inhambane e Gaza, os restantes registaram decréscimos que variam de 1,2% a 58,1%.

1.7 – DESPESA DOS SECTORES PRIORITÁRIOS

De Janeiro a Junho de 2007, as despesas dos sectores prioritários, incluindo adiantamentos por Operações de Tesouraria, bem como despesas de investimento com financiamento externo não transitando pela CUT e não incorporadas no e-SISTAFE no período em que se realizaram, atingiram 14.054 milhões de meticais, representando 59,4% das despesas totais realizadas, excluindo Encargos da Dívida, conforme se apresenta no Mapa VI e se resume no Quadro 12, mostrando a repartição percentual das despesas pelos diferentes sectores, em comparação com a dotação anual actualizada:

Quadro 12 - Despesa dos Sectores/Instituições Prioritários

(Em Milhões de Meticais)

Sectores/Instituições Prioritários	Realização Jan/Jun 2006		Dotação Anual 2007		Realização Jan/Jun 2007		Taxa Realiz.	Varição 2006/07
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	(%)	a/
Educação	3,698	20.2	13,069	20.7	5,190	21.9	39.7	33.1%
Ensino Geral	3,185	17.4	11,326	18.0	4,550	19.2	40.2	35.6%
Ensino Superior	513	2.8	1,743	2.8	640	2.7	36.7	17.6%
Saúde	2,798	15.3	7,933	12.6	2,848	12.0	35.9	-2.7%
Sistema de Saúde	2,584	14.1	7,585	12.0	2,722	11.5	35.9	0.5%
HIV/SIDA	214	1.2	348	0.6	126	0.5	36.1	-42.4%
Infraestruturas	2,252	12.3	11,730	18.6	2,933	12.4	25.0	25.0%
Energia/Recursos Minerais	128	0.7	1,005	1.6	401	1.7	40.0	198.9%
Estradas	1,577	8.6	6,450	10.2	1,828	7.7	28.3	11.2%
Águas	419	2.3	3,861	6.1	553	2.3	14.3	28.0%
Obras Públicas	128	0.7	414	0.7	151	0.6	36.5	10.9%
Agricultura e Desenv. Rural	870	4.8	2,799	4.4	838	3.5	29.9	-6.6%
Boa Governação	1,530	8.4	4,676	7.4	2,007	8.5	42.9	23.4%
Segurança/Ordem Pública	897	4.9	2,277	3.6	1,009	4.3	44.3	5.2%
Administração Pública	212	1.2	1,058	1.7	454	1.9	43.0	105.9%
Sistema Judicial	421	2.3	1,341	2.1	544	2.3	40.6	20.8%
Outros Sectores Prioritários	177	1.0	588	0.9	238	1.0	40.5	25.6%
Acção Social	114	0.6	395	0.6	162	0.7	41.0	33.3%
Trabalho e Emprego	64	0.3	194	0.3	76	0.3	39.3	11.8%
Total Sectores/Inst. Prior.	11,325	61.9	40,795	64.7	14,054	59.4	34.4	18.2%
Restantes Sectores	6,964	38.1	22,253	35.3	9,595	40.6	43.1	29.9%
Despesa Total Sem Enc. Dívida	18,288	100.0	63,049	100.0	23,649	100.0	37.5	22.6%
Encargos da Dívida	778		2,078		649		31.2	-21.9%
Despesa Total	19,066		65,127		24,298		37.3	20.8%

a/- Em termos reais, com inflação média de 6,87 e variação cambial de 0,6%.

Os sectores prioritários absorveram 53% do total da despesa de funcionamento, merecendo destaque a Educação, com cerca de 26%, a Saúde com cerca de 12% e o grupo Boa Governação com mais de 11%.

No total do investimento realizado coube aos sectores prioritários 70%, sendo de salientar as Infraestruturas com 31%, a Educação com 15%, a Saúde com 12%, a Agricultura/Desenvolvimento Rural com 7% e o grupo Boa Governação com 4%.

Também se pode verificar que do total dos recursos destinados aos sectores prioritários, isto é, 14.054 milhões de meticais, os sectores da Educação e da Saúde absorveram 8.038 milhões de meticais, correspondente a 57% daquele valor e a 34% da despesa total, excluindo Encargos da Dívida.

Analisando a distribuição da despesa de funcionamento, excluindo Salários e Encargos da Dívida, entre os sectores prioritários e os restantes, conforme se apresenta no Quadro 13, constata-se que, na realização, o peso dos sectores prioritários ficou 1,5 pontos percentuais abaixo do atribuído no Orçamento.

Quadro 13- Despesa de Funcionamento Excluindo Salários e Encargos da Dívida: Distribuição entre os Sectores Prioritários e os Restantes, em Comparação com a Dotação Anual Actualizada

Sectores	Dotação Anual		Realiz. Jan/Jun		Taxa
	10 ⁶ Meticais	Peso	10 ⁶ Meticais	Peso	Realiz.
Educação	1,625.1	10.6	700.4	8.9	43.1%
Ensino Geral	1,138.6	7.4	518.3	6.6	45.5%
Ensino Superior	486.5	3.2	182.1	2.3	37.4%
Saúde	1,891.1	12.3	1,183.5	15.0	62.6%
Sistema de Saúde	1,891.1	12.3	1,183.5	15.0	62.6%
HIV/SIDA	0.0	0.0	0.0	0.0	
Infraestruturas	274.9	1.8	90.4	1.1	32.9%
Energia e Recursos Minerais	107.6	0.7	34.8	0.4	32.4%
Estradas	0.0	0.0	0.0	0.0	
Águas	11.9	0.1	2.0	0.0	17.1%
Obras Públicas	155.4	1.0	53.5	0.7	34.4%
Agricultura e Desenv. Rural	241.1	1.6	71.7	0.9	29.7%
Boa Governação	1,172.3	7.6	501.4	6.4	42.8%
Segurança e Ordem Pública	474.2	3.1	161.6	2.1	34.1%
Administração Pública	197.7	1.3	109.4	1.4	55.4%
Sistema Judicial	500.4	3.3	230.4	2.9	46.0%
Outros Sectores Prioritários	208.0	1.4	106.4	1.4	51.2%
Acção Social	141.1	0.9	71.7	0.9	50.8%
Trabalho e Emprego	66.9	0.4	34.7	0.4	51.9%
Total dos Sectores Prioritários	5,412.4	35.2	2,653.8	33.7	49.0%
Restantes Sectores	9,973.2	64.8	5,224.8	66.3	52.4%
Total	15,385.6	100.0	7,878.5	100.0	51.2%

Por outro lado, analisando a distribuição da despesa de funcionamento em Bens e Serviços, entre os sectores prioritários e os restantes, constata-se que, na realização de Janeiro a Junho, o peso dos sectores prioritários atingiu 61,5%, contra 60,2% orçamentado para o ano, como se pode ver no Quadro 14:

**Quadro 14- Despesa de Funcionamento em Bens e Serviços:
Distribuição entre os Sectores Prioritários e os Restantes,
em Comparação com a Dotação Inicial**

Sectores	Dotação Anual		Realiz. Jan/Jun		Taxa
	10^6 Meticais	Peso	10^6 Meticais	Peso	Realiz.
Educação	1,149.0	17.5	530.0	15.2	46.1%
Ensino Geral	860.2	13.1	401.7	11.5	46.7%
Ensino Superior	288.8	4.4	128.3	3.7	44.4%
Saúde	1,491.0	22.7	1,046.8	30.0	70.2%
Sistema de Saúde	1,491.0	22.7	1,046.8	30.0	70.2%
HIV/SIDA	0.0	0.0	0.0	0.0	
Infraestruturas	196.2	3.0	60.9	1.7	31.1%
Energia e Recursos Minerais	113.4	1.7	24.6	0.7	21.7%
Estradas	0.0	0.0	0.0	0.0	
Águas	9.9	0.2	1.6	0.0	16.1%
Obras Públicas	72.8	1.1	34.8	1.0	47.7%
Agricultura e Desenv. Rural	182.1	2.8	43.4	1.2	23.8%
Boa Governação	800.2	12.2	396.3	11.3	49.5%
Segurança e Ordem Pública	269.9	4.1	124.8	3.6	46.3%
Administração Pública	98.1	1.5	60.5	1.7	61.7%
Sistema Judicial	432.3	6.6	211.0	6.0	48.8%
Outros Sectores Prioritários	132.1	2.0	70.3	2.0	53.2%
Acção Social	87.2	1.3	49.3	1.4	56.5%
Trabalho e Emprego	44.9	0.7	21.0	0.6	46.7%
Total dos Sectores Prioritários	3,950.6	60.2	2,147.7	61.5	54.4%
Restantes Sectores	2,608.7	39.8	1,344.3	38.5	51.5%
Total	6,559.3	100.0	3,492.0	100.0	53.2%

1.8 - OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As operações financeiras, realizadas de Janeiro a Junho de 2007, ascenderam a 1.222 milhões de meticais, representando 21% da dotação, conforme se mostra no Mapa VII e se resume a seguir no Quadro 15:

Quadro 15 - Operações Financeiras, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação Anual e a Realização em 2006 (Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano 2006			Ano 2007						Variação 2006/07
	Orçamento Anual	Realização Jan/Jun	Taxa de Realiz.	Orçamento Anual		Realização Jan/Jun			Taxa de Realiz. b/	
				Inicial	Actual	Liquidações	Adiant. a/	Total		
Operações Activas	2,444.5	584.5	23.9%	4,671.5	4,671.5	41.7	692.7	734.4	15.7%	24.5%
Capital Social de Empresas	35.1	0.0	0.0%	41.7	41.7	0.0	0.0	0.0	0.0%	
Empréstimos de Retrocessão	2058.4	544.9	26.5%	3,700.5	3,700.5	0.0	692.7	692.7	18.7%	26.4%
Outras Operações Activas	351.028	39.6	11.3%	929.3	929.3	41.7	0.0	41.7	4.5%	-1.5%
Operações Passivas c/	1,913.1	617.3	32.3%	1,098.4	1,098.4	427.7	60.2	487.9	44.4%	-22.9%
Empréstimos Externos	932	466.7	50.1%	730.0	730.0	270.5	60.2	330.6	45.3%	-29.6%
Empréstimos Internos	981.1	150.6	15.3%	368.4	368.4	157.2	0.0	157.2	42.7%	-2.3%
Total	4,357.6	1,201.8	27.6%	5,769.9	5,769.9	469.4	752.9	1,222.3	21.2%	0.1%

a/- Adiantamentos de fundos concedidos pelo sistema, mas ainda não liquidados, e despesa por incorporar.

b/- Em termos reais, com inflação a 6,87% e variação cambial a 0,6%.

c/- Ordens de Pagamentos emitidas. Os pagamentos efectivos foram de:

	469
Empréstimos Externos	285
Empréstimos Internos	185

As **operações financeiras activas** foram de 734 milhões de meticais, representadas por um saneamento financeiro na Texmoque, no valor de 41,7 milhões de meticais e empréstimos por utilizações de fundos externos com Acordos de Retrocessão, no valor de 693 milhões de meticais, a saber:

- Créditos IDA, no valor de 317 milhões de meticais, para projectos dos CFM;
- Créditos FAD, nos valores de 118 milhões de meticais, para projectos de abastecimento de água realizados pelo FIPAG e 95 milhões de meticais para o projecto de apoio às finanças rurais, através do FARE;
- Créditos BADEA, nos valores de 10 milhões de meticais, para projectos das TDM e 54 milhões de meticais para projectos da EDM;
- Créditos NDF, no valor de 34,5 milhões de meticais, para projectos da EDM.
- Créditos do Fundo do Kuwait, no valor de 3,5 milhões de meticais, para projectos da EDM;
- Créditos do Fundo da OPEC, no valor de 3 milhões de meticais, para projectos

da EDM;

- Donativos da Noruega e Suécia, no valor de 30 milhões de meticais, para projectos da EDM;
- Donativos da Alemanha (KFW), no valor de 27,5 milhões de meticais, para projectos da EDM.

As **operações financeiras passivas** efectivamente pagas somaram 469 milhões de meticais e consistiram em:

- Amortizações da dívida externa, por 285 milhões de meticais, com a seguinte distribuição por grupos de credores:

(Em mil Meticais)

Bilateral	135.734
Multilateral	149.147
Total	284.881

(No mesmo período do ano anterior a amortização da dívida externa foi de 544 milhões de meticais, pelo que se verificou, em termos de USD, uma diminuição de cerca de 48%, o que se explica pelo cancelamento e perdão de parte da dívida externa);

- Amortizações de Obrigações do Tesouro, por cerca de 144 milhões de meticais;
- Amortizações de Dívida Garantida e Assumida pelo Estado, por 41 milhões de meticais.

1.9 ANÁLISE DO RESULTADO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

Para analisar a actividade financeira do Estado, em termos de fluxos, e determinar o seu resultado, conforme o apurado pelas contas monetárias e considerando também as contas externas, completam-se os dados da Contabilidade Pública, atrás apresentados, e efectuam-se determinados ajustamentos.

Para isso, consideraram-se as restantes informações financeiras do Estado, procedendo às seguintes operações adicionais:

Receitas

Reduzir as Receitas de Capital, que foram de 955 milhões de meticais, em 692 milhões de meticais, provenientes do contrato de exploração do carvão de Moatize com a CVRD, porque se trata de um fundo já existente em saldo numa conta bancária do Estado, traduzindo-se o seu levantamento, para receitação e utilização, apenas numa diminuição das disponibilidades do Estado no sistema bancário.

Despesas

Considerar o valor dos Encargos da Dívida efectivamente pago, que foi de 622 milhões de meticais e adicionar os pagamentos referentes à componente externa do investimento, efectuados fora da CUT e não incorporados no e-SISTAFE durante o período.

Operações Financeiras Activas

Entrar com todos os empréstimos concedidos pelo Estado e outras aplicações financeiras, líquidos dos reembolsos recebidos, a saber:

(Em Mil Meticais)

Acordos de Retrocessão	692.725
Participações e Saneamentos Financeiros Diversos	41.700
Reembolsos diversos	-187.227
Total	547.198

Operações financeiras Passivas

Considerar o valor das amortizações da dívida externa efectivamente pago, que foi de 285 milhões de meticais.

Financiamento do Défice

- Considerar os desembolsos e não apenas os valores entrados na CUT. Os desembolsos de donativos foram de 2.061 milhões de meticais, para diversos projectos de investimento, 791 milhões de meticais, para financiamento da aquisição de medicamentos e equipamentos médicos, 1.256 milhões de meticais, para os programas especiais PROAGRI, FASE e PROSAÚDE, e 3.727 milhões de meticais, para apoio ao Orçamento. Os desembolsos de créditos foram de 1.622 milhões de meticais, para diversos projectos de investimento, e 1.798 milhões de meticais, para apoio ao Orçamento.

Assim, elaborou-se o Mapa IX, Resultado da Actividade Financeira do Estado, em que os dados são comparados com o Programa Fiscal estabelecido para o período.

A apreciação da actividade financeira do Estado, de Janeiro a Junho de 2007, com base no Mapa IX, mostra que:

- A **receita total** ultrapassou o valor programado em 2%, graças aos excessos registados em Impostos s/ o Rendimento (26,7%), Direitos Aduaneiros (2,7%), Receitas Não Fiscais (61%) e Receitas de Capital (15,4%);
- A **despesa de funcionamento** ultrapassou o valor programado em 5,8%, por influência de todas as classes de despesa, excepto Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes;
- Assim, face ao excesso da despesa, não compensado inteiramente por excesso de receita, o **saldo corrente** (défice) foi mais de dez vezes superior ao programado;

- A **despesa de investimento** ficou em 61% do valor programado, por influência da componente externa, que ficou em 47% do programa, enquanto a componente interna excedeu o programa em 2%;
- Os **empréstimos líquidos** ficaram em 27% do programa;
- Dado o comportamento da despesa total e empréstimos líquidos, que, no conjunto, ficaram 20% abaixo do limite programado, o **saldo global antes de donativos** ficou 40% abaixo do programa, e o **saldo global após donativos** também ficou abaixo do valor programado em 25%, embora o financiamento por donativos tenha atingido apenas 57% do valor previsto;
- O **financiamento interno líquido** traduziu-se na melhoria da situação líquida do Estado junto do sistema bancário em 1.130 milhões de meticais, representando cerca de 36% do programa para o período;
- Finalmente, o **saldo primário interno** ficou 19% acima do valor programado, devido ao aumento da execução da despesa financiada internamente.

Note-se, contudo, que estes resultados contêm uma discrepância negativa de 111 milhões de meticais, em relação às contas monetárias, significando uma omissão de igual valor no registo dos recursos disponíveis, o que se explica pela não receitação de parte da cobrança de Receitas Próprias.

Ministério das Finanças, em Maputo, aos 14 de Agosto de 2007.